

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2024

Município de Aratiba
Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento
Edital de Pregão Presencial nº 008/2024
Processo Licitatório nº 090/2024
Tipo de julgamento: menor preço Global
Modo de disputa: aberto
Data da Sessão: 29/10/2024 às 09 :00 horas

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de tratamento e monitoramento de água, bem como, no fornecimento de materiais, insumos relativos ao serviço prestado no controle e tratamento de água para o consumo humano no Município de Aratiba/RS.

DATA DA ABERTURA DA LICITAÇÃO: 29 de outubro de 2024 – 09:00 horas.

EDITAL E INFORMAÇÕES: junto a Prefeitura Municipal ou pelo fone (54) 3376-1114 ou pelo site pmaratiba.com.br.

Aratiba, RS, 11 de outubro de 2024.

GILBERTO LUIZ HENDGES
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº. 090/2024
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2024

“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATAMENTO E MONITORAMENTO DE ÁGUA, BEM COMO, NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INSUMOS RELATIVOS AO SERVIÇO PRESTADO NO CONTROLE E TRATAMENTO DE ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO NO MUNICÍPIO DE ARATIBA/RS”.

O **MUNICÍPIO DE ARATIBA**, Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio do Sr. Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, de 1º de abril 2021 e do Decreto Municipal nº 3.063, de 23 de janeiro de 2024, e demais legislações aplicáveis e, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, e que, em **29 DE OUTUBRO DE 2024 ÀS 09:00 HORAS**, na sala da Comissão de Licitações, situada na Rua Luiz Loeser, nº 287, Bairro Centro, junto a Prefeitura Municipal de Aratiba, estará recebendo propostas e documentação com a finalidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de monitoramento e tratamento de água, descritos no ANEXO I, através de Pregoeiro nomeado pela Portaria nº 018/2024. Os documentos de credenciamento, a declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, a proposta de preços (envelope 1) e a documentação de habilitação (envelope 2) deverão ser entregues na sala da Comissão Permanente de Licitação.

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objetivo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, visando a **“Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de tratamento e monitoramento de água, bem como, no fornecimento de materiais, insumos relativos ao serviço prestado no controle e tratamento de água para o consumo humano no Município de Aratiba/RS”**, em conformidade com o Termo de Referência (ANEXO I) deste Edital, bem como os demais anexos, que integram esta licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que comprovarem possuir os requisitos exigidos neste Edital, que tenham especificado, como objeto social da empresa, expresso no estatuto ou contrato social, atividade pertinente e compatível com o objeto deste Edital.

2.2 Para participar do presente certame licitatório, os interessados deverão apresentar a documentação abaixo relacionada, em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial.

2.2.1 A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita também perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou por meio de autenticação por tabelião e ainda, de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

2.2.2 A autenticação pela Prefeitura poderá ser efetuada com antecedência junto ao Setor de Licitações e Compras, localizado na Prefeitura Municipal de Aratiba - RS.

2.2.3 É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

2.3 Não poderão disputar esta licitação:

2.3.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

2.3.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela relacionados.

2.3.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 05% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

2.3.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.3.4.1 O pregoeiro verificará se os licitantes atendem às condições de participação no certame, conforme previsto no Artigo 14 da Lei Federal nº14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Controladoria Geral da União, através da Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM).

2.3.4.2 As consultas serão realizadas através do link: <https://certidoes.cgu.gov.br>

a) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal nº8.429/1992.

2.3.4.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

2.3.4.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

2.3.4.5 O licitante será convocado para manifestação previamente a um eventual impedimento em participar da licitação.

2.3.4.6 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado impedido, por falta de condição de participação.

2.3.5 Àquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.3.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.3.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.8 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

2.3.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.3.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do Artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3.10.1 O impedimento de que trata o item 2.3.10 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.4 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.3.2 e 2.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.4.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.5 O disposto nos itens 2.3.2 e 2.3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.6 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº14.133/2021.

3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

3.1 Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 2 deste edital, deverá apresentar documentos de credenciamento, sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como Envelope de N° 01 – PROPOSTA e Envelope de N° 02 - DOCUMENTAÇÃO, para o que se sugere a seguinte inscrição:

PRIMEIRO ENVELOPE:
AO MUNICÍPIO DE ARATIBA - RS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2024
ENVELOPE N° 01 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO, TELEFONE E E-MAIL)

SEGUNDO ENVELOPE:
AO MUNICÍPIO DE ARATIBA - RS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2024
ENVELOPE N° 02 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO, ENDEREÇO E E-MAIL)

Observações - Apresentar:

- a) os documentos de credenciamento, em separado dos envelopes 1 e 2;*
- b) a declaração de que atende aos requisitos de habilitação para participar do presente procedimento licitatório, em separado dos envelopes 1 e 2;*
- c) a proposta de preços (envelope 1);*
- d) os documentos de habilitação (envelope 2).*

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1 A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador **regularmente constituído**, que **devidamente identificado e credenciado**, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

4.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

4.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 4.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

4.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

- a.1)** cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;
- a.2)** documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;
- a.3)** inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

a.6) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**).

b) se **representada por procurador**, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

4.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

4.5. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos Artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar declaração formal atualizada, firmada por representante legal da empresa, ou **Declaração** assinada pelo contador ou técnico contábil do licitante de que se enquadra como **microempresa ou empresa de pequeno porte**, conforme modelo **ANEXO IV**.

5. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1 No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os documentos de credenciamento e os envelopes **Nº 01 - PROPOSTA** e **Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO**.

5.2 Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos e finalizado o credenciamento, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

5.3. O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão:

- a) Comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;
- b) Apresentar, ainda, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO (envelope 01)

6.1 A proposta deverá ser apresentada em folhas sequenciais, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, devendo ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

- a) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias.
- b) Proposta financeira, conforme modelo **(ANEXO VI)**, **contendo valor unitário e total Global, com descrição completa dos serviços ofertados.**
- c) A licitante deverá indicar a conta bancária, endereço, telefone e e-mail, para posteriores depósitos em caso de restar vencedora no processo licitatório.

d) Sob pena de desclassificação, os licitantes deverão apresentar **declaração expressa de que suas propostas econômicas** compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, bem como, todos e quaisquer tributos, contribuições e encargos sociais, e todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, ferramentas, lucro, seguros e demais encargos, enfim todos os custos diretos e indiretos necessários à execução completa discriminados no Termo de Referência e especificações **(ANEXO I)**.

6.2 Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, **duas casas decimais** após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

6.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.4 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

I- Assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do Artigo 71, inciso IX, da Constituição Federal, ou

II- Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do Contrato Administrativo.

7. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de gravação em áudio e vídeo, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e sua conformidade.

7.3 Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes até a proclamação da vencedora.

7.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão apresentar lances verbais, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5 O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR VALOR GLOBAL.**

7.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante.

7.7 Dada a palavra a licitante, esta disporá de 01 (um) minuto para apresentar novo lance.

7.8 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.9 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado as regras do Edital.

7.10 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado.

7.11 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será estabelecido pelo agente de contratação no momento do certame.

7.12 Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor preço já ofertado.

7.13 Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes deste edital.

7.14 O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

7.15 Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço total estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

7.16 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.17 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

7.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Federal nº8.538, de 2015.

7.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 05% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos, contados após a comunicação do pregoeiro para tanto.

7.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo do subitem anterior.

7.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19 A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis.

7.20 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelos menos 05% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.21 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.22 Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

7.23 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.24 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.25 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.26 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.27 A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

7.28 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.29 Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.30 Havendo eventual **empate** entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Artigo 60 da Lei Federal nº14.133/2021, nesta ordem:

7.30.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.30.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.30.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.30.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.31 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.31.1 empresas estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul;

7.31.2 empresas brasileiras;

7.31.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.31.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº12.187/2009.

7.32 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.32.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.32.2 A negociação será realizada pelo pregoeiro, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.32.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.33 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo de 24 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado** após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.33.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.34 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

8.1 Encerrada a etapa de lances inclusive com a realização do desempate se for o caso, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no item 2 do edital.

8.2 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.3 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

8.4 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.5 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.5.1 contiver vícios insanáveis;

8.5.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.5.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.5.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser usada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.6.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.7 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO – DOCUMENTAÇÃO - ENVELOPE 2:

9.1 Será verificado os documentos de habilitação apenas do licitante vencedor. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos no **Envelope 02**:

9.1.1 Habilitação Jurídica:

a) Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual.

b) Cópia do **ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

c) Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Nota (01): Os documentos das alíneas “a” e “b” deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Nota (02): Caso qualquer um dos documentos exigidos na habilitação jurídica já tenha sido apresentado no momento do credenciamento, não haverá necessidade de apresentá-lo novamente no envelope de nº 02 - Documentação.

9.1.2 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no **CNPJ**;
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal**;
- f) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**;
- h) **Declarações** assinada pelo representante da empresa, conforme modelo do **ANEXO V** deste Edital.

9.1.3 Qualificação Econômico-Financeira

- a) **Certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento, salvo quando o distribuidor informar na certidão a validade.

9.1.4 Qualificação Técnica

- a) Prova de **inscrição e regularidade da empresa e do profissional** técnico no Conselho Regional de Química (CRQ), com atividade autorizada de monitoramento, controle, captação, tratamento, distribuição de água potável e instalações concernentes aos serviços de fornecimento de água potável;
 - b) **Alvará Sanitário da empresa**, emitida pelo município sede da empresa para atividades relacionadas ao tratamento e monitoramento da qualidade da água;
 - c) **Licença de Operação** para depósito dos produtos químicos utilizados na realização do tratamento e comprovação de destino correto das embalagens;
 - d) **Vínculo com laboratório** analítico subcontratado utilizado na execução dos serviços de análise de água;
 - e) **Alvará Sanitário** emitido pela Vigilância Sanitário Estadual, especificamente para atividade de laboratório analítico;
 - f) Comprovação da **existência de boas práticas do laboratório** e biossegurança, conforme normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e demais normas relacionadas e que comprovem a existência de sistema de gestão da qualidade, conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025;
- Base legal: Art. 21 da Portaria nº 888 do Ministério da Saúde de 04 de maio de 2021.**

g) Comprovação de que os materiais utilizados na produção, armazenamento e distribuição não alteram a qualidade da água e não oferecem risco a saúde, segundo critérios da ANSI/NSF 61 ou certificação do material por um Organismo de Certificação de Produto (OCP) reconhecido pelo INMETRO;

Base legal: Portaria nº 888 do Ministério da Saúde de 04 de maio de 2021 em seu artigo 14, inciso 7º.

h) Laudo de atendimento dos requisitos de saúde (LARS) e da comprovação de baixo risco a saúde (CBRS), para o controle de qualidade dos produtos químicos utilizados no tratamento da água, considerando a norma técnica da ABNT NBR 15.784;

Base Legal: Portaria 888 de 04 de maio de 2021 em seu artigo 14, inciso 89.

9.1.5 Documentação Complementar

Alem dos documentos referidos anteriormente, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Declaração que entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnicos, e demais profissionais não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos;

b) Declaração assinada pelo licitante ou responsável legal da empresa, devidamente identificado, indicando que o licitante não se enquadra suspenso de licitar ou impedido de contratar com qualquer entidade da administração pública municipal, estadual ou federal, direta ou indireta.

9.2 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.3 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.4 Todos os documentos a apresentar, deverão estar dentro do prazo de validade neles indicados pelo órgão expedidor. Na falta dessa indicação expressa, somente serão considerados válidos aqueles expedidos nos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização desta licitação, exceto para os Atestados Técnicos e ressalvadas hipóteses da Licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior, mediante indicação de norma legal pertinente.

9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial,

exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.7 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.8 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.9 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº14.133/2021.

9.10 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (Artigo 63, I, da Lei Federal nº14.133/2021).

9.11 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12 A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão examinados, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DOS RECURSOS

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à

habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2 O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

b) O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 05 (cinco) minutos.

c) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

d) Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do Artigo 17 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4 Os recursos poderão ser encaminhados pelo e-mail: licita@pmaratiba.rs.gov.br, contendo o número do Processo, objeto do certame e suas alegações ou motivos com as fundamentações legais.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: www.pmaratiba.com.br.

11. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

11.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) Determinar o retorno dos autos para o saneamento de irregularidades.
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade.
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.
- d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

12.1 O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

12.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) única vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

12.3 Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidas neste edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

12.4 Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

12.5 Na hipótese de nenhum licitante aceitar a contratação, nos termos deste edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.6 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e a imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

13. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

13.1 Não haverá exigência da garantia da contratação constantes nos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1 O prazo de vigência do contrato será de 01 (um) ano, contados do início de vigência do Contrato Administrativo.

14.2. O serviço consiste no tratamento e controle da água destinada para o consumo humano nas Soluções Alternativas Coletivas – SAC abastecidas por poços tubulares profundos e reservatórios no total de 50 unidades localizadas na Zona Rural e Urbana do município de Aratiba– RS, devendo ser iniciado no prazo de **15 (quinze) dias a contar da assinatura do contrato de fornecimento**, com possibilidade de prorrogação, mediante solicitação formal à Administração, no horário das 8:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira, quando dias úteis, devendo ser acompanhada pelo pessoal técnico da Prefeitura.

14.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

14.3. A vigência do contrato decorrente desta licitação será de 12 (doze) meses consecutivos, contados da data da assinatura do respectivo Termo Contratual, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 92, inc. 3º da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.4. No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, utilizando como indexador o IPCA ou índice que vier a substituí-lo, em relação aos custos dos insumos e materiais necessários à execução do serviço.

15. SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não é admitida a subcontratação parcial e/ou total do objeto contratual.

16. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, sem qualquer forma de reajuste, via sistema bancário.

16.2 A atestação da nota fiscal/fatura correspondente, caberá ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

16.3 As notas fiscais emitidas pela licitante vencedora deverão estar de acordo com os valores unitários e totais constantes na planilha da proposta, que passa a integrar o presente Edital, independente de transcrição ou anexação e deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da licitação, a fim de se acelerar o trâmite de liberação do documento fiscal para pagamento.

16.4.1. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, **NOTA FISCAL CONFORME TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PROCESSO Nº 090/2024 – PREGÃO PRESENCIAL Nº**

008/2024, e dados bancários, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento, bem como a especificação de valores individuais e totais.

16.5 Os dados bancários da empresa contratada (pessoa jurídica), deverão constar, obrigatoriamente, no corpo da nota fiscal.

16.6 Não serão aceitos boletos bancários, somente serão efetuados depósitos em conta corrente em nome da Contratada.

16.7 Deverão ser entregues, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura referente ao produto entregue, no setor responsável pela fiscalização do Contrato, acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF.
- b) Certidão de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

16.8 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

16.9 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente qualquer obrigação, sem que isso gere direito de reajustamento de preços, correção monetária ou encargos moratórios.

17. RECEBIMENTO DO OBJETO E RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO

17.1 A fiscalização da contratação caberá ao servidor designado pela Secretaria Municipal demandante, que determinará o que for necessário para regularizar falhas ou defeitos.

17.2 Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar o fornecimento do serviço, inclusive com a observância das quantidades a serem adquiridas, rejeitar os itens em desacordo com as especificações do edital, bem como, dirimir as dúvidas que surgirem no decorrer do fornecimento.

17.3 Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no edital e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

17.4 As decisões que ultrapassarem a competência dos fiscais designados deverão ser solicitadas formalmente pela contratada, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

17.5 A contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

17.6 A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor contratado, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em co-responsabilidade da Administração Pública Municipal ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividade.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Fornecer insumos e equipamentos suficientes e adequados para o tratamento das águas em comodato, em quantidades suficientes para a garantia da desinfecção e tratamento da água de cada poço;

b) Ser responsável pela manutenção e se necessário pela substituição dos equipamentos (em comodato). Prestar assistência técnica e operacional com conserto e troca de peças (se necessário), bem como a realização de manutenção de todos os equipamentos cloradores instalados nos pontos indicados pelo município, sem quaisquer ônus para o contratante;

c) Responsabilizar-se por todos os produtos utilizados no tratamento, bem como, fornecimento e responsabilização pelo veículo utilizado para transporte de produtos e pessoal até os locais onde encontram-se os poços;

d) Prestar assistência técnica 24 horas quando relacionado ao objeto;

e) Os insumos para cloração deverão atender os padrões de qualidade da água de acordo com a ANVISA. A empresa deverá apresentar LARS (Laudo de atendimento aos requisitos de saúde) dos produtos químicos utilizados;

f) O controle diário do cloro residual livre, conforme anexo XX da Portaria nº 888/2021 do Ministério da Saúde. Para este item a empresa deverá fornecer o equipamento, reagente e treinamento para realização do controle do cloro, sendo que a contratante será responsável pela implantação do controle diário do cloro;

g) Realizar o número mínimo de amostras e frequência mínima de amostragem para soluções alternativas coletivas, para os padrões físicos, químico e biológico, sendo analisados os seguintes parâmetros: Coliformes Totais, *Escherichia coli*, pH, cor, turbidez e “in loco” cloro residual livre;

h) Colocar “in loco” e com frequência mínima de amostragem de água mensal na saída do tratamento e em um ponto de consumo;

i) Apresentar até o décimo dia do mês subsequente, os laudos das análises realizadas por laboratório analítico;

j) Digitação das informações dos laudos de todos SACs no SISAGUA, para manutenção em dia dos dados do Município;

k) Realizar o controle semestral da água bruta, conforme prevê os artigos 12 e 13 da Resolução CONAMA 396/2008, dos seguintes parâmetros: sólidos totais dissolvidos, nitrato, *Escherichia coli*, pH, turbidez, cor verdadeira e condutividade elétrica. Sendo que a Prefeitura é responsável por manter uma torneira para coleta das amostras de água bruta no poço;

l) Assegura assistência e responsabilidade técnica de profissional habilitado pelo devido Conselho de Classe para o tratamento de água para consumo humano com apresentação de AFT e/ou ART;

m) Realizar anualmente a limpeza e desinfecção em todos os reservatórios de água coletivos em todas as soluções alternativas onde é realizado o tratamento. Conforme Portaria RS/SES nº 1237/2014, com certificado ou laudo de limpeza.

19 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº14.133/2021, a Contratada que:

- a) Der causa à inexecução parcial do Contrato Administrativo.
- b) Der causa à inexecução parcial do Contrato Administrativo que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) Der causa à inexecução total do contrato.
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação.
- l) Praticar ato lesivo previsto no Artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

19.1.1 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I- Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

III- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima do Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

IV- Multa:

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias, podendo, também, ser rescindido o contrato.

a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do Artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

(2) Compensatória de 15 % (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, podendo, também, ser rescindido o Contrato.

19.1.2 A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

19.1.3 Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (Artigo 156, §7º da Lei Federal nº14.133/2021).

19.1.4 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.1.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.1.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.1.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.2 Na aplicação das sanções serão considerados:

- I-** A natureza e a gravidade da infração cometida.
- II-** As peculiaridades do caso concreto.
- III-** As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- IV-** Os danos que dela provierem para o Contratante.
- V-** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.2.1 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no referido Diploma Legal.

19.2.2 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.2.3 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no CEIS e no CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

19.2.4 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Artigo 163 da Lei Federal nº14.133/21.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

20.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: licita@pmaratiba.rs.gov.br.

20.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

20.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

21.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

21.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.9 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: www.pmaratiba.com.br

21.10 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I Termo de Referência.
- ANEXO II Modelo de Carta de Credenciamento.
- ANEXO III Modelo de declaração de atendimento aos requisitos de habilitação.
- ANEXO IV Modelo de declaração microempresa ou empresa de pequeno porte
- ANEXO V Modelo de declarações.
- ANEXO VI Modelo de Proposta Financeira.
- ANEXO VII Minuta de Termo de Contrato.

ARATIBA - RS, 11 de outubro de 2024.

GILBERTO LUIZ HENDGES
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº. 090/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2024
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – TR

Unidade Administrativa Requisitante: Secretaria de Agricultura e Abastecimento	
Responsável: LUAN JÚNIOR WINTER	Cargo/Função: Secretário
Data da Formalização:	E-mail e telefone:

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Prestação de serviço no fornecimento de materiais, insumos e serviços inerentes ao desempenho de atividade relativa ao monitoramento e controle do tratamento de água para o consumo humano, de acordo com a legislação vigente, especialmente a Portaria do Ministério da Saúde nº888 de 04/05/2021, e Nota Técnica 02/2018 – VIGIÁGUA.

2. INTRODUÇÃO

O Termo de Referência em questão direciona a aquisição de Prestação de serviço no fornecimento de materiais, insumos e serviços inerentes ao desempenho de atividade relativa ao monitoramento e controle do tratamento de água para o consumo humano, de acordo com a legislação vigente, especialmente a Portaria do Ministério da Saúde nº888 de 04/05/2021, e Nota Técnica 02/2018 – VIGIÁGUA pela Prefeitura Municipal de Aratiba.

Seu propósito é aderir às diretrizes da Lei 14.133/2021, assegurando a conformidade com os preceitos desse dispositivo legal, que demanda uma avaliação minuciosa do interesse público na contratação, bem como da viabilidade técnica, econômica e do alinhamento com o planejamento.

Assim, o presente documento tem como objetivo principal orientar o processo de contratação do serviço, garantindo a consideração e documentação adequadas de todos os elementos essenciais. Ele se concentra na identificação e na abordagem de uma necessidade pública específica por meio da aquisição de bens ou serviços.

3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O serviço de tratamento e monitoramento da qualidade de água para consumo humano, atendendo aos requisitos mínimos obrigatórios da Portaria nº 888/2021 do Ministério da Saúde deverá ser realizado **mensalmente**.

O serviço consiste no tratamento e controle da água destinada para o consumo humano nas Soluções Alternativas Coletivas – SAC abastecidas por poços tubulares profundos e reservatórios no total de 50 unidades localizadas na Zona Rural e Urbana do município de Aratiba– RS, conforme relação abaixo:

LOCALIDADE	QUANTIDADE	LOCALIZAÇÃO	VALOR MÉDIO
SEDE	3	SAC Helmuth Rorig / -27°23'1.74"S - 52°17'52.02"O	R\$ 354,38
		SAC Parque Industrial / - 27°24'18.99"S -52°18'8.73"O	R\$ 354,38
		SAC Centro de Eventos / - 27°22'54.06"S -52°17'44.93"O	R\$ 354,38
LINHA LISO	3	SAC Gilberto Klein / -27°23'19.47"S -52°16'35.36"O	R\$ 354,38
		SAC Cabeceira do Liso / - 27°23'4.03"S -52°15'40.31"O	R\$ 354,38
		SAC Linha Liso / -27°23'48.17"S - 52°17'6.51"O	R\$ 354,38
LINHA ENCRUZILHADA DA VÁREZA	1	SAC Encruzilhada da Várzea / - 27°22'43.90"S -52°14'4.23"O	R\$ 354,38
LINHA TAMANDUÁ	2	SAC Linha Tamanduá / - 27°21'51.71"S -52°14'34.23"O	R\$ 354,38
		SAC Linha Tamanduá (Propriedade do Sr. Jandir Casassola) / -27°20'39.93"S -52°14'11.01"O	R\$ 354,38
LINHA ESPERANÇA ALTA	2	SAC Linha Esperança Alta / - 27°24'41.19"S -52°20'48.87"O	R\$ 354,38
		SAC Linha Esperança Alta PA 02 / - 27°25'26.58"S -52°20'35.80"O	R\$ 354,38
LINHA AGULHA	2	SAC Linha Agulha Sede / - 27°26'30.49"S -52°16'54.97"O	R\$ 354,38
		SAC Linha Agulha / -27°25'40.94"S - 52°17'19.63"O	R\$ 354,38
LINHA COBRA	2	SAC Linha Cobra / -27°25'24.56"S - 52°19'28.97"O	R\$ 354,38
		SAC Linha Cobra Elevittá / - 27°25'13.31" S -52°18'38.72" W	R\$ 354,38
LINHA ENCANTADO	1	SAC Linha Encantado / - 27°21'28.10"S -52°21'12.89"O	R\$ 354,38

LINHA ENJEITADO	1	SAC Linha Enjeitado / -27°21'0.90"S -52°16'34.10"O	R\$ 354,38
LINHA ESPERANCINHA	1	SAC Linha Esperancinha / -27°21'46.64"S -52°22'19.50"O	R\$ 354,38
LINHA GRUTA	1	SAC Linha Gruta / -27°26'16.88"S -52°18'41.84"O	R\$ 354,38
LINHA AUXILIADORA	2	SAC Povoado Auxiliadora / -27°27'51.27"S -52°18'20.74"O	R\$ 354,38
		SAC Linha Auxiliadora (Terras do Sr. Denilson Cenci) / -27°28'7.66"S -52°17'44.48"O	R\$ 354,38
LINHA SARANDI	2	SAC Linha Sarandi (Dill) / -27°22'12.28"S -52°17'24.86"O	R\$ 354,38
		SAC Linha Sarandi (Condomínio Dill) / -27°22'31.01"S -52°17'23.03"O	R\$ 354,38
LINHA NAVEGANTES	1	SAC Linha Navegantes / -27°18'58.34"S -52°19'48.82"O	R\$ 354,38
LINHA SCUSSEL	2	SAC Linha Scussel / -27°27'4.90"S -52°19'34.25"O	R\$ 354,38
		SAC Linha Scussel (próximo a ponte do Rio Azul) / -27°27'54.68"S -52°20'00.79"O	R\$ 354,38
LINHA SANTA LÚCIA	1	SAC Linha Santa Lúcia / -27°27'51.91"S -52°15'36.03"O	R\$ 354,38
LINHA PIO X	1	SAC Linha Pio X / -27°23'15.65"S -52°21'59.97"O	R\$ 354,38
LINHA TAMANDUAZINHO	1	SAC Linha Tamanduazinho / -27°18'31.22"S -52°21'13.05"O	R\$ 354,38
LINHA MONTE BELO	1	SAC Linha Monte Belo / -27°28'7.59"S -52°16'26.44"O	R\$ 354,38
LINHA POLONESA	1	SAC Linha Polonesa / -27°19'51.57"S -52°16'52.86"O	R\$ 354,38
LINHA PRIMEIRO DE JUNHO	1	SAC Linha Primeiro De Junho / -27°25'3.34"S -52°15'47.98"O	R\$ 354,38

LINHA VISTA ALEGRE	1	SAC Linha Vista Alegre / - 27°28'44.03"S -52°14'33.80"O	R\$ 354,38
LINHA LAJEADO OURO	1	SAC Linha Lajeado Ouro / - 27°21'39.16"S -52°19'34.43"O	R\$ 354,38
LINHA BENTEVI	2	SAC Linha Bentevi / -27°19'11.40"S - 52°22'11.38"O	R\$ 354,38
		SAC Linha Bentevi (Próximo ao Cemitério) / -27°19'40.79"S -52°22'46.28"O	R\$ 354,38
LINHA LAJEADO PACCA	1	SAC Linha Lajeado Pacca / - 27°30'14.35"S -52°16'47.69"O	R\$ 354,38
LINHA PINGA ALTA	1	SAC Linha Pinga Alta / - 27°21'48.89"S -52°16'12.20"O	R\$ 354,38
LINHA RIO AZUL	4	SAC Linha Rio Azul / -27°30'11.23"S -52°20'14.69"O	R\$ 354,38
		SAC Linha Rio Azul Sede / - 27°28'56.60"S -52°20'37.28"O	R\$ 354,38
		SAC Linha Rio Azul (Terras do Sr. Deconto) / -27°28'30.19" -52°21'09.47"	R\$ 354,38
LINHA SMANIOTTO	1	SAC Linha Smaniotto / - 27°23'56.35"S -52°19'26.36"O	R\$ 354,38
LINHA TRÊS BARRAS	1	SAC Linha Três Barras / - 27°19'44.56"S -52°15'54.97"O	R\$ 354,38
LINHA SEDE DOURADO	1	SAC Sede Dourado / -27°25'39.82"S -52°13'56.17"O	R\$ 354,38
LINHA BARRA DO LEÃO	1	SAC Linha Barra do Leão / - 27°27'29.90"S -52°14'23.73"O	R\$ 354,38
LINHA JACUTINGA	1	SAC Linha Jacutinga (Terras do Sr. Claudir Baiocco) / -27°22'48.68"S -52°20'40.01"O	R\$ 354,38
LINHA LAJEADO DAS PEDRAS	1	SAC Linha Lajeado das Pedras (Comunidade) / -27°24'14.81" -52°13'45.19"	R\$ 354,38
LINHA XV DE NOVEMBRO	1	SAC Linha XV de Novembro / - 27°29'24.43"S -52°18'42.66"O	R\$ 354,38

LINHA ESPRAIADO	1	SAC Linha Espraiado / -27°23'24.97" -52°18'54.53"	R\$ 354,38
SACs: 50		R\$ 17.719,00	

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Devido ao aumento da população e à demanda crescente por água de qualidade, torna-se fundamental continuar com um sistema eficaz de tratamento de água dos poços artesianos para assegurar a saúde e o bem-estar da comunidade.

A água é um recurso vital para a vida e o bem-estar de cada um de nós. Em nosso município, as famílias do interior dependem do abastecimento de água proveniente dos poços artesianos, essencial para suas necessidades diárias. Reconhecendo a importância desses poços como fonte primária de abastecimento, é fundamental garantir que a água que essas famílias irão consumir seja água potável, de qualidade.

Infelizmente, ao longo do tempo, os poços artesianos podem ser afetados por diversos fatores, como a contaminação do solo ou a deterioração das estruturas. Isso pode comprometer a qualidade da água, tornando-a inadequada para consumo humano e colocando em risco a saúde das famílias.

Diante dessa realidade, é imperativo que tomemos medidas para garantir o tratamento adequado da água proveniente desses poços artesianos. O tratamento eficaz não apenas remove impurezas e contaminantes, mas também protege contra potenciais riscos à saúde, proporcionando água segura e saudável para todas as famílias do interior de Aratiba.

Ao investirmos no tratamento de água proveniente de poços artesianos, estamos investindo na saúde e no bem-estar de nossa comunidade. Estamos protegendo nossas famílias contra doenças transmitidas pela água e garantindo que tenham acesso a um recurso essencial de alta qualidade.

Portanto, é nossa responsabilidade buscar soluções eficazes para o tratamento da água dos poços artesianos em nosso município. Estamos comprometidos em garantir que cada família em Aratiba tenha acesso a água potável e segura, promovendo assim uma melhor qualidade de vida para todos.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

O tratamento de água para consumo humano é um processo essencial que visa garantir a qualidade da água para atender aos padrões de potabilidade estabelecidos pelas autoridades de saúde. Este ciclo de vida envolve desde a captação da água bruta até a entrega da água tratada ao consumidor final, incluindo a coleta, tratamento, distribuição e monitoramento contínuo da qualidade.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Assegurar assistência e responsabilidade técnica de profissional habilitado pelo devido conselho de classe para o tratamento de água para consumo humano com apresentação de AFT e/ou ART;
- b) Alvará Sanitário da empresa, emitida pelo município sede da empresa para atividades relacionadas ao tratamento e monitoramento da qualidade da água;
- c) Licença de Operação para depósito dos produtos químicos utilizados na realização do tratamento e comprovação de destino correto das embalagens;
- d) Vínculo com laboratório analítico subcontratado utilizado na execução dos serviços de análise de água;
- e) Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitário Estadual, especificamente para atividade de laboratório analítico;
- f) Comprovação da existência de boas práticas do laboratório e biossegurança, conforme normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e demais normas relacionadas e que comprovem a existência de sistema de gestão da qualidade, conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025;

Base legal: Art. 21 da Portaria nº 888 do Ministério da Saúde de 04 de maio de 2021.

- g) Comprovação de que os materiais utilizados na produção, armazenamento e distribuição não alteram a qualidade da água e não oferecem risco a saúde, segundo critérios da ANSI/NSF 61 ou certificação do material por um Organismo de Certificação de Produto (OCP) reconhecido pelo INMETRO;

Base legal: Portaria nº 888 do Ministério da Saúde de 04 de maio de 2021 em seu artigo 14, inciso 7º.

- h) Laudo de atendimento dos requisitos de saúde (LARS) e da comprovação de baixo risco a saúde (CBRS), para o controle de qualidade dos produtos químicos utilizados no tratamento da água, considerando a norma técnica da ABNT NBR 15.784;

Base Legal: Portaria 888 de 04 de maio de 2021 em seu artigo 14, inciso 89.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO/SERVIÇO

- a) Fornecer insumos e equipamentos suficientes e adequados para o tratamento das águas em comodato, em quantidades suficientes para a garantia da desinfecção e tratamento da água de cada poço;
- b) Ser responsável pela manutenção e se necessário pela substituição dos equipamentos (em comodato). Prestar assistência técnica e operacional com conserto e troca de peças (se necessário), bem como a realização de manutenção de todos os equipamentos cloradores instalados nos pontos indicados pelo município, sem quaisquer ônus para o contratante;

- c) Responsabilizar-se por todos os produtos utilizados no tratamento, bem como, fornecimento e responsabilização pelo veículo utilizado para transporte de produtos e pessoal até os locais onde encontram-se os poços;
- d) Prestar assistência técnica 24 horas quando relacionado ao objeto;
- e) Os insumos para cloração deverão atender os padrões de qualidade da água de acordo com a ANVISA. A empresa deverá apresentar LARS (Laudo de atendimento aos requisitos de saúde) dos produtos químicos utilizados;
- f) O controle diário do cloro residual livre, conforme anexo XX da Portaria nº 888/2021 do Ministério da Saúde. Para este item a empresa deverá fornecer o equipamento, reagente e treinamento para realização do controle do cloro, sendo que a contratante será responsável pela implantação do controle diário do cloro;
- g) Realizar o número mínimo de amostras e frequência mínima de amostragem para soluções alternativas coletivas, para os padrões físicos, químico e biológico, sendo analisados os seguintes parâmetros: Coliformes Totais, Escherichia coli, pH, cor, turbidez e “in loco” cloro residual livre;
- h) Colocar “in loco” e com frequência mínima de amostragem de água mensal na saída do tratamento e em um ponto de consumo;
- i) Apresentar até o décimo dia do mês subsequente, os laudos das análises realizadas por laboratório analítico;
- j) Digitação das informações dos laudos de todos SACs no SISAGUA, para manutenção em dia dos dados do Município;
- k) Realizar o controle semestral da água bruta, conforme prevê os artigos 12 e 13 da Resolução CONAMA 396/2008, dos seguintes parâmetros: sólidos totais dissolvidos, nitrato, Escherichia coli, pH, turbidez, cor verdadeira e condutividade elétrica. Sendo que a Prefeitura é responsável por manter uma torneira para coleta das amostras de água bruta no poço;
- l) Assegurar assistência e responsabilidade técnica de profissional habilitado pelo devido Conselho de Classe para o tratamento de água para consumo humano com apresentação de AFT e/ou ART;
- m) Realizar anualmente a limpeza e desinfecção em todos os reservatórios de água coletivos em todas as soluções alternativas onde é realizado o tratamento. Conforme Portaria RS/SES nº 1237/2014, com certificado ou laudo de limpeza.

8. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

- 1) O contrato contará com um modelo de gestão que envolverá a designação de um Gestor de Contrato e um Fiscal de Contrato.

- 2) O Gestor de Contrato será responsável por supervisionar e administrar a execução do contrato, assegurando o cumprimento de prazos, qualidade e demais condições estipuladas. Ele será o ponto focal para comunicação entre as partes e tomará decisões relacionadas ao escopo e prazos do serviço.
- 3) O Fiscal de Contrato será designado para acompanhar de forma mais específica a execução do serviço. Ele verificará o cumprimento das etapas definidas, avaliará a conformidade técnica, e será responsável por emitir pareceres sobre a qualidade e adequação dos resultados obtidos.
- 4) A atuação conjunta do Gestor de Contrato e Fiscal de Contrato visa garantir um monitoramento abrangente, assegurando a transparência e eficácia na execução do serviço.

9. CRITÉRIOS DE MEDIAÇÃO E PAGAMENTO

- 1) O pagamento será efetuado após a entrega satisfatória e a aceitação formal do serviço pela contratante, após entrega das análises de água mensais.
- 2) O pagamento será realizado considerando a conclusão bem-sucedida do serviço estabelecida no contrato.
- 3) A medição da entrega será realizada pela contratante, considerando os critérios técnicos previamente estabelecidos e a conformidade com os requisitos definidos neste Termo de Referência.
- 4) Caso haja necessidade de ajustes ou correções após a entrega, a empresa contratada se compromete a realizá-los no prazo acordado, e o pagamento correspondente será efetuado após a validação desses ajustes.

10. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 1) A empresa que apresentar o menor valor global, atendendo aos critérios técnicos estabelecidos, será considerada vencedora do certame Pregão Presencial, respeitando os princípios da legalidade e economicidade.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor máximo a ser pago pela administração é de R\$ 212.628,00/ano (Duzentos e doze mil seissentos e vinte e oito reais), sendo pago 17.719,00/mês (Dezessete mil setessentos e dezenove reais).

12. CONTRATOS RELACIONADOS E INTERDEPENDENTES (ART. 18, §1º, XI)

13. IMPACTO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

A presente contratação não possui impactos ambientais não sendo necessário adotar medidas de mitigação.

14. AVALIAÇÃO FINAL E RECOMENDAÇÃO

A análise abrangente conduzida ao longo deste Termo de Referência abordou sistematicamente cada elemento necessário, desde a identificação da necessidade pública e o alinhamento da aquisição com o planejamento estratégico, através de pesquisas de mercado detalhadas e estimativas de custos, até à avaliação dos impactos ambientais e considerações de sustentabilidade. Cada etapa deste termo de referência foi sustentada por um forte compromisso de servir o interesse público, garantindo a viabilidade econômica e promovendo a sustentabilidade ambiental.

A aquisição proposta aborda diretamente uma necessidade crítica da comunidade, oferecendo benefícios tangíveis em termos de qualidade de serviço, acessibilidade e gestão ambiental. Ao selecionar cuidadosamente uma solução que não só cumpra, mas exceda os nossos requisitos técnicos e funcionais, garantimos que os bens ou serviços selecionados irão melhorar significativamente a nossa capacidade de servir o público de forma eficaz e eficiente.

A análise econômica confirma que a aquisição proposta não só está dentro das nossas restrições orçamentais, mas também representa um investimento sábio no futuro da nossa comunidade. A solução escolhida promete não só proporcionar benefícios imediatos em termos de rentabilidade e otimização de recursos, mas também garantir a sustentabilidade a longo prazo. As considerações ambientais têm sido parte integrante do nosso processo de tomada de decisão, garantindo que a aquisição selecionada minimiza os impactos negativos e apoia o nosso compromisso com a sustentabilidade e a gestão responsável dos recursos públicos.

Com base na investigação e análise minuciosas apresentadas neste Termo de Referência, é nossa recomendação conclusiva que o Governo Municipal de Aratiba prossiga com a aquisição do serviço proposto. Esta aquisição não só é viável e está alinhada com os nossos objetivos estratégicos e interesse público, mas também representa uma utilização otimizada dos nossos recursos para alcançar benefícios significativos e duradouros para a nossa comunidade.

Esta avaliação final favorável sublinha a nossa confiança na aquisição proposta como um meio de abordar eficazmente a necessidade identificada, alinhar-se com os valores da nossa comunidade e contribuir para os nossos objetivos globais de melhorar a prestação de serviços, promover a sustentabilidade e garantir os melhores resultados possíveis para o público. nós servimos. Portanto, recomenda-se que sejam tomadas as medidas necessárias para iniciar o processo de aquisição, com a certeza de que esta ação é do melhor interesse do público dos munícipes de Aratiba.

15. CERTIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Declaro que o presente Termo de Referência foi elaborado conforme as normativas em vigor e reflete fielmente as necessidades e requisitos da contratação.

LUAN JÚNIOR WINTER
Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento

PROCESSO Nº. 090/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2024

ANEXO II - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

[nome da empresa], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão Presencial nº 008/2024, credencia o (a) Sr (a). _____, portador (a) de Documento de Identidade com RG nº _____, para participar em procedimento licitatório, podendo praticar todos os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da representada.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2024.

Nome da empresa

Nome do representante legal da empresa

Assinatura representante legal da empresa

Obs.: 1. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste

PROCESSO Nº. 090/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2024

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO
AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

[nome da empresa], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão Presencial nº 008/2024, DECLARA ao Município de ARATIBA - RS, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do referido Edital, se comprometendo a entregar os objetos e/ou a prestar os serviços que lhe forem adjudicados conforme a descrição do Termo de Referência - ANEXO I deste edital.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2024.

Nome da empresa

Nome do representante legal da empresa

Assinatura representante legal da empresa

PROCESSO Nº. 090/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2024

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO
MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**

[nome da empresa], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão Presencial nº 008/2024, DECLARA ao Município de ARATIBA - RS, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu Artigo 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, caso seja declarada vencedora do certame.

Declara, mais, sob as penalidades desta Lei, ser:

() **MICROEMPRESA** - Receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** - Receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no Artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas na Lei Federal nº14.133/2021. (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima) O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2024.

Nome da empresa

Nome do representante legal da empresa

Assinatura representante legal da empresa

PROCESSO Nº. 090/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2024
ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÕES

[nome da empresa], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxx], para fins de participação no Pregão Presencial nº 008/2024, DECLARA ao Município de ARATIBA - RS, sob as penas da Lei, que:

a) não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, para fins do disposto no inciso VI do Artigo 68 da Lei Federal nº14.133/2021, de 1º de abril de 2021, acrescido pela Lei Federal nº9.854, de 27 de outubro de 1999, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

b) não foi declarada inidônea nem suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso III, do Artigo 156 da Lei Federal nº14.133/2021 e suas alterações, bem como comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos para cadastramento, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira.

c) não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (conforme Lei Federal nº14.133/2021) e que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2024.

Nome da empresa

Nome do dirigente da empresa

Assinatura do dirigente da empresa

PROCESSO Nº. 090/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2024
ANEXO VI - MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Dados bancários:

LOTE	ÍTEM	LOCALIDADE	QUANT.	LOCALIZAÇÃO	VALOR MENSAL R\$
01	01	SEDE	3	SAC Helmuth Rorig / -27°23'1.74"S - 52°17'52.02"O	
				SAC Parque Industrial / -27°24'18.99"S - 52°18'8.73"O	
				SAC Centro de Eventos / -27°22'54.06"S - 52°17'44.93"O	
	02	LINHA LISO	3	SAC Gilberto Klein / -27°23'19.47"S - 52°16'35.36"O	
				SAC Cabeceira do Liso / -27°23'4.03"S - 52°15'40.31"O	
				SAC Linha Liso / -27°23'48.17"S - 52°17'6.51"O	
	03	LINHA ENCRUZILHADA DA VÁRZEA	1	SAC Encruzilhada da Várzea / - 27°22'43.90"S - 52°14'4.23"O	
	04	LINHA TAMANDUÁ	2	SAC Linha Tamanduá / -27°21'51.71"S - 52°14'34.23"O	
				SAC Linha Tamanduá (Propriedade do Sr. Jandir Casassola) / - 27°20'39.93"S - 52°14'11.01"O	
	05	LINHA ESPERANÇA ALTA	2	SAC Linha Esperança Alta / - 27°24'41.19"S - 52°20'48.87"O	
				SAC Linha Esperança Alta PA 02 / - 27°25'26.58"S - 52°20'35.80"O	
	06	LINHA AGULHA	2	SAC Linha Agulha Sede / -27°26'30.49"S - 52°16'54.97"O	
SAC Linha Agulha / -27°25'40.94"S - 52°17'19.63"O					
07	LINHA COBRA	2	SAC Linha Cobra / -27°25'24.56"S - 52°19'28.97"O		
			SAC Linha Cobra Elevittá / - 27°25'13.31" S - 52°18'38.72" W		
08	LINHA ENCANTADO	1	SAC Linha Encantado / -27°21'28.10"S - 52°21'12.89"O		
09	LINHA ENJEITADO	1	SAC Linha Enjeitado / -27°21'0.90"S - 52°16'34.10"O		
10	LINHA ESPERANCINHA	1	SAC Linha Esperancinha / - 27°21'46.64"S - 52°22'19.50"O		
11	LINHA GRUTA	1	SAC Linha Gruta / -27°26'16.88"S - 52°18'41.84"O		
12	LINHA AUXILIADORA	2	SAC Povoado Auxiliadora / - 27°27'51.27"S - 52°18'20.74"O		

				SAC Linha Auxiliadora (Terras do Sr. Denilson Cenci) / -27°28'7.66"S - 52°17'44.48"O	
13	LINHA SARANDI	2		SAC Linha Sarandi (Dill) / -27°22'12.28"S -52°17'24.86"O	
				SAC Linha Sarandi (Condomínio Dill) / -27°22'31.01"S - 52°17'23.03"O	
14	LINHA NAVEGANTES	1		SAC Linha Navegantes / -27°18'58.34"S -52°19'48.82"O	
15	LINHA SCUSSEL	2		SAC Linha Scussel / -27°27'4.90"S - 52°19'34.25"O	
				SAC Linha Scussel (próximo a ponte do Rio Azul) / -27°27'54.68"S -52°20'00.79"O	
16	LINHA SANTA LÚCIA	1		SAC Linha Santa Lúcia / -27°27'51.91"S - 52°15'36.03"O	
17	LINHA PIO X	1		SAC Linha Pio X / -27°23'15.65"S - 52°21'59.97"O	
18	LINHA TAMANDUAZINHO	1		SAC Linha Tamanduazinho / -27°18'31.22"S -52°21'13.05"O	
19	LINHA MONTE BELO	1		SAC Linha Monte Belo / -27°28'7.59"S - 52°16'26.44"O	
20	LINHA POLONESA	1		SAC Linha Polonesa / -27°19'51.57"S - 52°16'52.86"O	
21	LINHA PRIMEIRO DE JUNHO	1		SAC Linha Primeiro De Junho / -27°25'3.34"S -52°15'47.98"O	
22	LINHA VISTA ALEGRE	1		SAC Linha Vista Alegre / -27°28'44.03"S -52°14'33.80"O	
23	LINHA LAJEADO OURO	1		SAC Linha Lajeado Ouro / -27°21'39.16"S -52°19'34.43"O	
24	LINHA BENTEVI	2		SAC Linha Bentevi / -27°19'11.40"S - 52°22'11.38"O	
				SAC Linha Bentevi (Próximo ao Cemitério) / -27°19'40.79"S - 52°22'46.28"O	
25	LINHA LAJEADO PACCA	1		SAC Linha Lajeado Pacca / -27°30'14.35"S -52°16'47.69"O	
26	LINHA PINGA ALTA	1		SAC Linha Pinga Alta / -27°21'48.89"S - 52°16'12.20"O	
27	LINHA RIO AZUL	4		SAC Linha Rio Azul / -27°30'11.23"S - 52°20'14.69"O	
				SAC Linha Rio Azul Sede / -27°28'56.60"S -52°20'37.28"O	
				SAC Linha Rio Azul (Terras do Sr. Deconto) / -27°28'30.19" - 52°21'09.47"	
28	LINHA SMANIOTTO	1		SAC Linha Smaniotto / -27°23'56.35"S - 52°19'26.36"O	
29	LINHA TRÊS BARRAS	1		SAC Linha Três Barras / -27°19'44.56"S - 52°15'54.97"O	
30	LINHA SEDE DOURADO	1		SAC Sede Dourado / -27°25'39.82"S - 52°13'56.17"O	
31	LINHA BARRA DO LEÃO	1		SAC Linha Barra do Leão / -27°27'29.90"S -52°14'23.73"O	

32	LINHA JACUTINGA	1	SAC Linha Jacutinga (Terras do Sr. Claudir Baiocco) / - 27°22'48.68"S -52°20'40.01"O	
33	LINHA LAJEADO DAS PEDRAS	1	SAC Linha Lajeado das Pedras (Comunidade) / -27°24'14.81" - 52°13'45.19"	
33	LINHA XV DE NOVENBRO	1	SAC Linha XV de Novembro / - 27°29'24.43"S -52°18'42.66"O	
34	LINHA ESPRAIADO	1	SAC Linha Espraiado / -27°23'24.97" - 52°18'54.53"	
50 POÇOS			VALOR TOTAL DO LOTE MENSAL R\$	

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Declaramos que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, bem como, todos e quaisquer tributos, contribuições e encargos sociais, e todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, ferramentas, lucro, seguros e demais encargos, enfim todos os custos diretos e indiretos necessários à execução completa discriminados no Termo de Referência e especificações **(ANEXO I)**.

_____, ____ de _____ de 2024.

 Nome da empresa

 Nome do dirigente da empresa

 Assinatura do dirigente da empresa

**PROCESSO Nº. 090/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2024**

ANEXO VII - TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2024

GESTOR DO CONTRATO: LUAN JUNIOR WINTER

FISCAL DO CONTRATO:

O **MUNICÍPIO DE ARATIBA - RS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Luiz Loeser, nº 287, centro na cidade de ARATIBA/Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 87.613.469/0001-84, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Gilberto Luiz Hendges, brasileiro, casado, residente na cidade de Aratiba, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 090/2024 e em observância às disposições da Lei Federal nº14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3.063, de 23 de janeiro de 2024, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato Administrativo, oriundo da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 008/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando o DECRETO MUNICIPAL Nº 2.771 de 30 de novembro de 2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 3.063 de 23 de janeiro de 2024, e a IN RFB Nº 1234/2012 de 11 de janeiro de 2012, todas as notas fiscais/documento fiscal, em que os produtos/bens e prestação de serviços estejam elencados na Instrução Normativa (IN) acima citada, **OBRIGATORIAMENTE** deverá constar a alíquota de dedução do Imposto de Renda a ser recolhida sobre o valor do (s) item (ns). Salientamos que as notas fiscais/documento fiscal sem a referida informação serão consideradas inidôneas, não podendo ser liquidadas/pagas, necessitando a substituição do documento. **OBSERVAR CASOS DE NÃO INCIDÊNCIA DE TRIBUTAÇÃO.**

1. - DO OBJETO

1.1 A Contratada obriga-se, na forma do estabelecido do presente instrumento **para prestação de serviços de tratamento e monitoramento de água, bem como, no fornecimento de materiais, insumos relativos ao serviço prestado no controle e tratamento de água para o consumo humano no Município de Aratiba/RS**, em conformidade com o Termo de Referência (ANEXO I), bem como os

demais anexos, que integram esta licitação, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, do Edital de Pregão Presencial nº 008/2024.

1.2 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.2.2 O Edital de Licitação

1.2.3 A Proposta do Contratado; e

1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. A Contratada obriga-se a prestar os serviços, devidamente adequado para uso conforme edital, bem como dar as condições e garantias técnicas de modo a resguardar, sob qualquer aspecto, a segurança e o interesse do contratante.

2. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

2.1. O serviço consiste no tratamento e controle da água destinada para o consumo humano nas Soluções Alternativas Coletivas – SAC abastecidas por poços tubulares profundos e reservatórios no total de 50 unidades localizadas na Zona Rural e Urbana do município de Aratiba– RS, devendo ser iniciado no prazo de 15 **(quinze) dias a contar da assinatura do contrato de fornecimento**, com possibilidade de prorrogação, mediante solicitação formal à Administração, no horário das 8:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira, quando dias úteis, devendo ser acompanhada pelo pessoal técnico da Prefeitura.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado após a entrega satisfatória e a aceitação formal do serviço pela contratante, após entrega das análises de água mensais. O pagamento será realizado considerando a conclusão bem-sucedida do serviço estabelecida no contrato.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, sem qualquer forma de reajuste, via sistema bancário.

3.4. A nota fiscal/fatura emitida pela Contratada deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do pregão, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

3.4.1. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, **NOTA FISCAL CONFORME TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PROCESSO Nº 090/2024 – PREGÃO PRESENCIAL Nº**

008/2024, e dados bancários, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento, bem como a especificação de valores individuais e totais.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente qualquer obrigação, sem que isso gere direito de reajustamento de preços, correção monetária ou encargos moratórios.

3.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

3.7. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

3.11. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4. DA FISCALIZAÇÃO

4.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da contratada, todos os serviços serão fiscalizados pelo Município, através de técnicos designados pela Secretaria Municipal da Agricultura a qualquer hora, dentro dos padrões determinados pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.1.1. O inadimplemento de qualquer das condições ora avençadas pela Contratada, ensejará a rescisão com todos os ônus daí decorrentes, tanto contratuais como previstos em Lei.

4.1.2. As partes contratantes declaram-se, ainda, cientes e conforme com todas as disposições e regras atinentes a contratos contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de

abril de 2021, bem como, com todas aquelas contidas no Edital de Licitação, ainda que não estejam expressamente transcritas neste instrumento.

4.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as seguintes sanções:

- a)** advertência, por escrito;
- b)** multa sobre o valor global da contratação;
- c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

4.2.1. Advertência: executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado;

4.2.2. Multa Diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato: se executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 30 dias, após os quais será considerado como inexecução contratual.

4.2.3. Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 02 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato: na inexecução parcial do contrato;

4.2.4. Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 02 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato: na inexecução total do contrato;

4.2.5. Declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 até anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato: se causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual.

4.3. As penalidades serão registradas no cadastro da Contratada, quando for o caso.

4.4. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.4.1. Se a CONTRATADA não tiver valores a receber da CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.

4.5. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento contratual será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

4.6. O CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir unilateralmente o presente, sem que caiba indenização, caso haja interesse público justificado.

4.7. Os casos omissos e quaisquer dúvidas advindas deste contrato administrativo serão resolvidos pela legislação em vigor incidente à matéria, elegendo-se para tanto, de comum acordo entre as partes, o foro da Comarca de Erechim, RS.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A contratada, além das disposições contidas no projeto básico, estará sujeita às seguintes obrigações:

- a) Fornecer insumos e equipamentos suficientes e adequados para o tratamento das águas em comodato, em quantidades suficientes para a garantia da desinfecção e tratamento da água de cada poço;
- b) Ser responsável pela manutenção e se necessário pela substituição dos equipamentos (em comodato). Prestar assistência técnica e operacional com conserto e troca de peças (se necessário), bem como a realização de manutenção de todos os equipamentos cloradores instalados nos pontos indicados pelo município, sem quaisquer ônus para o contratante;
- c) Responsabilizar-se por todos os produtos utilizados no tratamento, bem como, fornecimento e responsabilização pelo veículo utilizado para transporte de produtos e pessoal até os locais onde encontram-se os poços;
- d) Prestar assistência técnica 24 horas quando relacionado ao objeto;
- e) Os insumos para cloração deverão atender os padrões de qualidade da água de acordo com a ANVISA. A empresa deverá apresentar LARS (Laudo de atendimento aos requisitos de saúde) dos produtos químicos utilizados;
- f) O controle diário do cloro residual livre, conforme anexo XX da Portaria nº 888/2021 do Ministério da Saúde. Para este item a empresa deverá fornecer o equipamento, reagente e treinamento para realização do controle do cloro, sendo que a contratante será responsável pela implantação do controle diário do cloro;
- g) Realizar o número mínimo de amostras e frequência mínima de amostragem para soluções alternativas coletivas, para os padrões físicos, químico e biológico, sendo analisados os seguintes parâmetros: Coliformes Totais, Escherichia coli, pH, cor, turbidez e “in loco” cloro residual livre;
- h) Colocar “in loco” e com frequência mínima de amostragem de água mensal na saída do tratamento e em um ponto de consumo;
- i) Apresentar até o décimo dia do mês subsequente, os laudos das análises realizadas por laboratório analítico;
- j) Digitação das informações dos laudos de todos SACs no SISAGUA, para manutenção em dia dos dados do Município;
- k) Realizar o controle semestral da água bruta, conforme prevê os artigos 12 e 13 da Resolução CONAMA 396/2008, dos seguintes parâmetros: sólidos totais dissolvidos, nitrato, Escherichia coli, pH, turbidez, cor verdadeira e condutividade elétrica. Sendo que a Prefeitura é responsável por manter uma torneira para coleta das amostras de água bruta no poço;
- l) Assegura assistência e responsabilidade técnica de profissional habilitado pelo devido Conselho de Classe para o tratamento de água para consumo humano com apresentação de AFT e/ou ART;

m) Realizar anualmente a limpeza e desinfecção em todos os reservatórios de água coletivos em todas as soluções alternativas onde é realizado o tratamento. Conforme Portaria RS/SES nº 1237/2014, com certificado ou laudo de limpeza.

5.2. Entregar os serviços, objeto desta licitação, de acordo com o estabelecido no Edital, referente a transporte, prazos, qualidade, quantidades e locais de entrega.

5.3. Será de responsabilidade da Contratada, nos termos descritos no objeto da contratação, sendo que, a Administração Municipal não efetuará nenhum tipo de pagamento adicional à contratada a título de deslocamento, transporte, impostos, taxas, hospedagem, entre outros.

5.4. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável por todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias e indenizatórias que incidam sobre os empregados destacados para a entrega dos itens desta licitação.

6. SUBCONTRATAÇÃO INICIO E REAJUSTE E REACTUAÇÃO

6.1 Não será admitida a subcontratação parcial e/ou total do objeto contratual.

6.2 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data de início da vigência contratual.

6.3. O início dos serviços será imediato, após a homologação da licitação e assinatura do Contrato.

6.4. A vigência do contrato decorrente desta licitação será de 12 (doze) meses consecutivos, contados da data da assinatura do respectivo Termo Contratual, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 92, inc. 3º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.5. No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, utilizando como indexador o IPCA ou índice que vier a substituí-lo, em relação aos custos dos insumos e materiais necessários à execução do serviço.

6.6. Havendo alteração unilateral do contrato, o CONTRATANTE deverá por aditamento, restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

6.7. Quando da solicitação da reatuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

I - os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

II - as particularidades do contrato em vigência;

III - a nova planilha com variação dos custos apresentada;

IV- indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

V - a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

6.8. A contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

6.9. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade de para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

6.10. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.11. A Contratada deverá manter atualizado, durante o período de contrato, telefone, fax e endereço, devendo comunicar a Secretaria Municipal de Administração, qualquer alteração dedados.

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 São obrigações do Contratante:

7.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

7.1.2 Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

7.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

7.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do serviço, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

7.1.7 Cientificar a Assessoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

7.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos

manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.9 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.10 A decisão sobre pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro será proferida no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da solicitação, desde que o pedido esteja instruído de toda documentação comprobatória.

7.1.11 Notificar o Contratado quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº14.133/2021, o Contratado que:

- a)** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** Der causa à inexecução total do contrato;
- d)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i)** Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

I) Praticar ato lesivo previsto no Artigo 5º da Lei Federal nº12.846/2013.

9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I- Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

IV- Multa:

(1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias, podendo, também, ser rescindido o contrato.

a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do Artigo 137 da Lei Federal nº14.133/2021.

(2) compensatória de 15 % (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, podendo, também, ser rescindido o contrato.

9.3 Aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (Artigo 156, §7º da Lei Federal nº14.131/2021).

9.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

- I- A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II- As peculiaridades do caso concreto;

- III- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV- Os danos que dela provierem para o Contratante;
- V- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos em Lei.

9.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.12 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no CEIS e no CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Artigo 163 da Lei Federal nº14.133/21.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

00 05 *SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO*
00 05 04 *GESTÃO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO*
17 511 5100 2072 0000 *Ampliação e Manutenção do Programa de Distribuição de água*
 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DOS CASOS OMISSOS

11.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais normas e princípios gerais dos Contratos.

12. ALTERAÇÕES

12.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

12.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

14. DO FORO

14.1 Fica eleito pelas partes, em comum acordo, o Foro da Comarca de Erechim/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato Administrativo que não possam ser compostos pela conciliação, conforme Artigo 92, §1º da Lei Federal nº 14.133/21.

E assim, por estarem justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento, em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, juntamente na presença de 02 (duas) testemunhas, para que gere seus jurídicos e legais efeitos.

Aratiba, RS, de outubro 2024.

Município de Aratiba,
Gilberto Luiz Hendges,
Prefeito Municipal,
C/Contratante.

.....,
.....,
.....,
C/Contratado (A).

Luan Junior Winter
Gestor do Contrato

Fiscal do Contrato